

Emílio Garrastazu Médici*

Por Sônia Dias

Presidente da República

Em 25 de outubro de 1969, com 239 votos a favor e 76 abstenções — do MDB —, Médici foi eleito pelo Congresso presidente da República, tendo como vice-presidente o Almirante Augusto Rademaker. No dia 28 de outubro, convidou o senador Filinto Müller e o deputado Geraldo Freire para exercerem a liderança do governo nas duas casas legislativas, e o deputado mineiro Rondon Pacheco — ex-chefe do Gabinete Civil do governo Costa e Silva — para ocupar a presidência da Arena.

No dia 30 de outubro assumiu o governo e empossou seu ministério: general Orlando Geisel (Exército), almirante Adalberto de Barros Nunes (Marinha), brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica), Alfredo Buzaid (Justiça), coronel Jarbas Passarinho (Educação e Cultura), Mário Gibson Barbosa (Relações Exteriores), Antônio Delfim Neto (Fazenda), João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento), Luís Fernando Cirne Lima (Agricultura), Fábio Yassuda (Indústria e Comércio), Higino Corsetti (Comunicações), Paulo Francisco da Rocha Lagoa (Saúde), coronel Mário Andreazza (Transportes), Júlio Barata (Trabalho), Antônio Dias Leite (Minas e Energia), José Costa Cavalcanti (Interior), João Leitão de Abreu (Gabinete Civil) e general João Batista Figueiredo (Gabinete Militar). O general Carlos Alberto da Fontoura foi mantido na chefia do SNI. Cinco desses ministros vieram do governo anterior e permaneceram em seus cargos, a saber, Delfim Neto, Márcio de Sousa e Melo, Costa Cavalcanti, Mário Andreazza e Antônio Dias Leite. Jarbas Passarinho transferiu-se do Ministério do Trabalho para o da Educação.

Ao longo de seu governo, Médici adotaria algumas iniciativas políticas de relevo na área econômica e social.

A partir de meados de abril de 1970, a imprensa passou a noticiar a situação desesperadora provocada pela seca que assolava a região Nordeste do país (Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia): saques de composições ferroviárias, caminhões, feiras livres e casas comerciais, invasão de cidades pelos flagelados que se contavam aos milhares, sem trabalho e sem comida. O comércio fechava as portas e o policiamento era reforçado. Em junho, Médici visitou toda a região e o governo federal decretou estado de calamidade pública nos municípios atingidos, abrindo um crédito extraordinário de 60 milhões de cruzeiros para atender às necessidades iniciais. Segundo o ministro Reis Velloso, o número de flagelados situava-se em torno de um milhão. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) anunciou na ocasião a abertura de 80 frentes de trabalho, com emprego para 160 mil pessoas. Em agosto, o governo federal autorizaria novos créditos destinados às vítimas da seca, num total de 75 milhões de cruzeiros, e criaria cerca de outras 70 frentes de trabalho para absorver os flagelados, pagos à razão de dois mil cruzeiros por dia, em torno de 50% do salário mínimo regional.

No início de julho de 1970, Médici decretou a extinção do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), cujas atribuições passaram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado pelo mesmo decreto. Segundo *Opinião*, o novo órgão significaria, de certo modo, um retrocesso nos antigos esforços do IBRA de distinguir a “colonização de novas áreas” da “reforma agrária propriamente dita”, uma vez que a tendência que prevaleceria mais tarde no INCRA seria a de atribuir a grande prioridade à “expansão da fronteira agrícola”.

Em agosto, o presidente anunciou a criação do Plano de Integração Social (PIS), destinado a abranger todos os trabalhadores num fundo de participação a ser gerido pela

Caixa Econômica Federal. De acordo com o projeto, o fundo começaria a funcionar a partir de julho de 1971, sendo formado por duas parcelas, ambas a cargo da empresa: uma delas, deduzida do imposto de renda e a outra, proveniente de recursos próprios. No mesmo mês o governo publicou um decreto especificando as responsabilidades de cada ministério no Programa de Integração Nacional (PIN), também criado, atribuindo ao Ministério dos Transportes a construção imediata da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. A extensão do segmento principal da Transamazônica estava prevista em 2.075km desde Picos, no Piauí, até Humaitá, no Amazonas, completando, de um lado, o trajeto da BR-232 (Recife-Picos) e, de outro, partes das rodovias Manaus-Porto Velho e Brasília-Acre. Essa grande diagonal Leste-Oeste atingiria, em conjunto, 6.368km de comprimento.

No dia 1º de setembro de 1970, uma das quatro firmas escolhidas em concorrência pública deu início à construção da Transamazônica, com o desmatamento do trecho de 280km entre Estreito (MA) e Marabá (PA). Ao mesmo tempo, o Exército começou a construção de sua longitudinal, a Cuiabá-Santarém. A ideia da Transamazônica surgira como solução única para dois grandes problemas: a integração da Amazônia e o aproveitamento da mão-de-obra do Nordeste — os milhares de desempregados em consequência da seca. Na ocasião, diversas personalidades voltaram-se contra o projeto. O governador da Paraíba, João Agripino, discordou da utilização dos recursos da Sudene — já tão escassos na obra. O senador pernambucano José Ermírio de Moraes condenou o aproveitamento dos flagelados como mão-de-obra e acusou o projeto de beneficiar diretamente os interesses estrangeiros nas grandes reservas de minério de ferro do Pará. O ex-ministro da Fazenda, Roberto Campos, declarou que a estrada apenas ligaria “a miséria da selva” à “miséria da caatinga”, reconhecendo alguma viabilidade econômica apenas na Cuiabá-Santarém. Entretanto, a construção das duas rodovias representou a primeira tentativa racional de ocupação da Amazônia por brasileiros. A criação de agrovilas — núcleos básicos para o nascimento de dezenas de cidades nas selvas — seria o início da colonização de uma vasta área correspondente a cerca de 50% do território nacional.

No dia 8 de setembro, o presidente Médici lançou oficialmente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cuja presidência foi entregue a Mário Henrique Simonsen, economista da Fundação Getúlio Vargas. O decreto-lei propôs ainda deduções no imposto de renda de pessoas jurídicas nos exercícios de 1971 a 1973 caso fossem efetuadas doações ao novo órgão, que tinha como finalidade a alfabetização de adultos. No dia 1º de outubro, foi lançado o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, coordenado pelo Ministério do Planejamento, englobando 230 projetos prioritários para impulsionar a política de desenvolvimento.

Uma semana depois, em 8 de outubro, Médici anunciou uma série de medidas destinadas a integrar a Amazônia na unidade nacional, entre elas o projeto de lei criando o Estatuto do Índio, a institucionalização do Projeto Rondon e a execução do Projeto Radam, de levantamento aerofotogramétrico da região.

Na ocasião, o presidente afirmou que o governo e a revolução “são essencialmente nacionalistas, entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses, e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil”. No dia seguinte, o presidente inaugurou a placa comemorativa do início da construção da Transamazônica, nas proximidades de Altamira (PA).

No final de março, enviou mensagem ao Congresso instituindo o Programa de Assistência ao trabalhador Rural, aprovado afinal em maio. Em julho foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste — Proterra — com os seguintes objetivos: a desapropriação de grandes propriedades, mediante indenização para posterior venda a pequenos e médios agricultores; concessão de créditos para aquisição de glebas; fixação de preços mínimos de produtos de

exportação. O Proterra previa, numa primeira etapa a ser concluída em janeiro de 1974, a entrega de trezentos títulos, de propriedades de terras, beneficiando 3.500 famílias da região. O plano inicial restringia-se apenas a algumas zonas consideradas prioritárias para a realização da reforma agrária. Entre 1972 e 1976 seriam aplicados no programa cerca de quatro bilhões de cruzeiros.

Em agosto de 1971, foi aprovado o Projeto nº 5.692, dispondo sobre diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus. A nova lei, então denominada “reforma do ensino”, estabeleceu a fusão em um único curso de oito anos — o primeiro grau —, dos antigos cursos primário e ginásial, atendendo à faixa etária de sete a 14 anos. O segundo grau adquiriu o objetivo de capacitar o aluno para o exercício de uma profissão especializada, ao término do curso. Para os dois níveis foi instituída a obrigatoriedade do ensino de educação moral e cívica, educação física, educação artística e programa de saúde.

Em novembro, foi anunciado outro programa: o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — Prodoeste —, com recursos previstos da ordem de 750 milhões de cruzeiros durante três anos. O programa deveria ser executado em colaboração com os governos estaduais e o setor privado, cabendo ao governo federal a construção da rede viária básica, a regularização do curso dos rios e o saneamento do pantanal mato-grossense. Os governos estaduais construiriam as estradas vicinais, e o setor privado se encarregaria, através de financiamento do Banco do Brasil, da montagem da rede de silos, armazéns e frigoríficos.

Em fevereiro de 1972, Médici assinou o decreto-lei criando o Programa Especial para o Vale de São Francisco (Provale), prevendo recursos da ordem de 840 milhões de cruzeiros em três anos. Ainda nesse mês foi instituído o Programa Nacional de Telecomunicações (Prontel), articulado com a política nacional de educação, com o objetivo de integrar as atividades didáticas educativas ao rádio e à televisão.

No final de março foi inaugurada a transmissão de televisão em cores e, em julho, Médici sancionou a lei referente à Telebrás empresa *holding* em regime de sociedade de economia mista, absorvendo todas as empresas de exploração dos serviços de telecomunicação do país. Em novembro, o ministro das Comunicações, Higino Corsetti, instalaria afinal a nova empresa, destinada a coordenar as atividades da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e das empresas-polos estaduais.

Em 7 de setembro, na presença do primeiro-ministro português Marcelo Caetano, foram encerradas as comemorações dos 150 anos da Independência, iniciadas em abril anterior com a visita do presidente de Portugal, Américo Tomás, que viera acompanhando os restos mortais do imperador dom Pedro I. Na ocasião, foi entronizada a urna com os despojos do primeiro imperador diante do Museu Ipiranga, em São Paulo. Ainda em setembro, Médici inaugurou a Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na ilha do Fundão, um bloco de edifícios, cuja construção fora iniciada há mais de 20 anos.

Ainda em 1973, Médici lançou o Plano Nacional de Habitação Popular (Planhap), destinado a eliminar em dez anos o déficit habitacional para as famílias com renda entre um e três salários mínimos, provendo-se a construção do equivalente a dois milhões de moradias. Em 1974, a faixa de atendimento do Planhap seria ampliada para até cinco salários mínimos. Em decorrência da aplicação do plano, previa-se a criação ou manutenção de duzentos mil novos empregos diretos e cerca de seiscentos mil empregos indiretos, mas os resultados obtidos ficaram muito aquém da projeção inicial.

No período compreendido entre a eleição e a posse de seu sucessor, Médici inaugurou diversas obras iniciadas em governos anteriores ou ao longo de sua gestão. No dia seguinte à eleição de Geisel à presidência da República (15/1/1974), inaugurou a usina hidrelétrica da ilha Solteira, a maior da América do Sul, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso, com 320.000kW de capacidade, completando o complexo de

Urubupungá, de 4.600.000kW. Segundo seria divulgado em fevereiro, a capacidade de geração hidrelétrica do Brasil no ano de 1973 atingira os 15,8 milhões de quilowatts, apresentando um aumento de 5,8% em relação a 1972.

Ainda no final de janeiro de 1974, o presidente entregou em Recife os dois primeiros títulos de posse de terra do Proterra e inaugurou a terceira etapa da Transamazônica, o trecho entre Itaituba e Humaitá. Em meados de fevereiro, inaugurou o porto fluvial de Santarém (PA) e o asfaltamento das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Belém-São Luís (BR-316).

A última obra de vulto inaugurada por Médici antes da posse dos novos presidente e vice-presidente da República foi a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio a Niterói, em 4 de março de 1974.

* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>